



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

Ruediger, Marco Aurélio; Martins, Rafael; da Luz, Margareth; Grassi, Amaro
AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE PARA UMA TEORIA
DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Revista Brasileira de Sociologia, vol. 2, núm. 4, julio-diciembre, 2014, pp. 205-234

Sociedade Brasileira de Sociologia
Aracaju, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765817009>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Marco Aurélio Ruediger*
 Rafael Martins**
 Margareth da Luz***
 Amaro Grassi****

AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE PARA UMA TEORIA DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

RESUMO

Este artigo busca desenvolver a hipótese de que o Brasil estaria experimentando uma tendência à polarização política, apartando as novas formas de ação coletiva das estruturas do Estado, tendo a internet como fator central de articulação de novas demandas sociais e de mobilização social. Na primeira parte, serão utilizados os resultados da pesquisa “Mobilidade Urbana e Cidadania”, realizada pela FGV/DAPP em março de 2014, sobre mobilidade urbana, estopim das manifestações do ano passado. Serão testadas com base em regressões estatísticas as hipóteses construídas acerca da centralidade da internet no processo de mobilização social verificado a partir do ano passado. Na segunda parte, será analisada a pesquisa sobre a reação da polícia àquele movimento, sobretudo na sua forma mais radicalizada de protestos – os black blocs –, revelando que os próprios policiais consideram-se despreparados para lidar com as manifestações. Ao final, será sugerida uma abordagem conjunta para os resultados das duas pesquisas, com elementos para interpretar o atual ciclo político brasileiro a partir de uma perspectiva do conflito entre Estado e sociedade civil, para além da perspectiva orientada ao consenso da redemocratização.

Palavras-chave: jornadas de junho, ação coletiva, esfera pública interconectada.

Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DAPP), doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Mestre em Urban Policy Analysis and Management pela New School for Social Research em Nova York. Fez especialização em Elaboração de Estudos de Caso sobre Gerência Social pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento de Washington D.C. Atua também como

Coordenador de Pesquisa da FGV/DAPP, doutor em Economia pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE); e mestre em Ciências Estatísticas (UFRJ). Trabalhou no Grupo Líbica como Econometrista e foi pesquisador da ENCE, onde lecionou na Graduação. Também foi professor de Análise Microeconômica e Econometria do IBMEC-Rio. Prestou serviço de consultoria em Estatística e Econometria a diversas empresas e instituições. Tem experiência em modelagem econométrica de índices de inflação, indicadores de atividade econômica e análise de riscos financeiro. Atua como consultor em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto a governos estaduais e ao governo federal.

Pesquisadora da FGV/DAPP, doutora e em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) e mestre pelo antigo Programa de pós-graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP/UFF). Foi professora da Graduação em Produção Cultural da UFF, onde lecionou disciplinas da área de política e planejamento cultural. Foi gestora da Fundação de arte de Niterói/ Secretaria de Cultura, onde dirigiu o selo editorial Niterói Livros. Tem experiência na área de antropologia urbana e políticas culturais. Atua em pesquisas qualitativas e quantitativas de opinião, com ênfase em avaliação e monitoramento de políticas públicas. Atua como consultora em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto ao governo federal brasileiro.

Pesquisador da FGV/DAPP e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP). Possui experiência nas áreas de Sociologia Política e do Desenvolvimento, Políticas Públicas, Política Internacional e Jornalismo. Atua em pesquisas qualitativas e quantitativas conjugadas com as novas tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na sociedade em rede e sua relação com o Estado.



ABSTRACT

This article seeks to develop the hypothesis that Brazil would be experiencing a tendency to political polarization, separating the new forms of collective action of state structures, with the Internet as a central factor in articulating new social demands and social mobilization. In the article, it will be suggested initial elements for formulating a “theory of collective action and conflict in contemporary Brazil”, which would represent a change in the terms of the policy in the country. The first section draws upon the data collected from the survey conducted by FGV/DAPP in March 2014 regarding Urban Mobility which triggered the manifestations in 2013. In the second part, the article delves into the research about police action and reaction to that movement revealing that police consider themselves unprepared to deal with the demonstrations. In the concluding section, a joint approach is suggested for the results of two surveys, with elements to interpret the current Brazilian political cycle.

Keywords: June Journeys, collective action, interconnected public sphere.

RÉSUMÉ

Cet article cherche à développer l'hypothèse que le Brésil expérimente une tendance à la polarisation politique, en séparant les nouvelles formes d'action collective des structures de l'État, avec l'internet comme un facteur central dans l'articulation de nouvelles demandes sociales et de la mobilisation sociale. Dans la première, seront utilisés les résultats de la recherche “Mobilité urbaine et citoyenneté”, menée par FGV-DAPP en mars 2014 et déjà mentionnée. Seront testés aussi, avec régressions statistiques, des hypothèses construites environ la centralité de l'internet dans le processus de mobilisation sociale. Dans la deuxième partie, la recherche sur la réaction de la police à ce mouvement sera analysée, surtout dans sa forme plus radicalisée – l'action des black blocs – en révélant que la police ne s'estime pas préparée pour faire face aux manifestations. À la fin, une approche commune est suggérée pour les résultats des deux enquêtes, avec des éléments d'interprétation du cycle politique brésilien dans une perspective de conflit entre l'État et la société civile.

Mots-clés: journées de juin, action collective, sphère publique interconnectée

Marco Aurélio Ruediger; Rafael Martins
Margareth da Luz; Amaro Grassi

AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE PARA UMA TEORIA DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

INTRODUÇÃO

O Brasil e a Esfera Pública Interconectada

A consolidação da esfera pública no Brasil é em geral identificada com o processo de redemocratização iniciado no final dos anos 1970. Foi a partir daquele momento que se estabeleceram os atores – partidos, movimentos sociais, sindicatos – que desempenhariam um papel de destaque na transição ao fim do regime militar, constituindo uma sociedade civil democrática e um espaço legítimo de debate público e interlocução com o Estado (Avritzer e Costa, 2004; Perlatto, 2012). O período representa ainda o surgimento de experiências locais de participação reconhecidos como canais alternativos para o endereçamento de demandas públicas aos governos, marcando uma transição na cultura política brasileira, caracterizada ao longo de sua história pelo “iberismo” e pela “modernização conservadora” (Werneck Vianna, 1997).

A era do informacionalismo e da sociedade em rede (Castells, 2000), bem como a democratização das novas TICs, en-



contram dessa forma, no Brasil, uma esfera pública consolidada e em muitos sentidos inovadora em termos de arranjos institucionais voltadas à participação social, mas, a exemplo do ocorrido em contextos de capitalismo avançado, também limitada para incorporar as transformações provocadas pela era digital. O processo de massificação das tecnologias de informação a partir dos anos 2000 coincide ainda, no contexto brasileiro, com uma década de acelerada inclusão social, o que implica o aumento permanente da pressão sobre o sistema político na forma de novas demandas sociais, políticas de Estado e serviços públicos. Tal processo conviveu também com a chegada, no começo da década passada, do PT à Presidência da República, o que significou a aproximação daqueles atores e organizações forjadas no processo de redemocratização – e compreendidas como centrais na formação da esfera pública e da sociedade civil nesse contexto – às estruturas do Estado brasileiro.

A partir da segunda metade da última década, portanto, a sociedade brasileira experimentou uma confluência de processos sociais e políticos de grande impacto – inclusão social e digital e chegada de novos atores e movimentos sociais ao governo central – cujo alcance e profundidade se fariam sentir com toda a força em 2013. A transição da esfera pública para a esfera pública interconectada (Benkler, 2006), aliada à aproximação desses atores da esfera pública pós-redemocratização às estruturas institucionais, se deu assim em paralelo à reconfiguração das fronteiras da sociedade de classes brasileira, cobrando um preço na forma de pressão sobre os canais instituídos de interlocução com o Estado e no surgimento de formas de ação coletiva para além das estruturas forjadas pela sociedade civil.

As Jornadas de Junho: das ruas às redes

A expressão maior das transformações propiciadas pelo advento da era digital e da sociedade em rede no Brasil, em confluência com o processo de intensa mobilidade social e mudanças na conjuntura política da última década, se traduziu na multidão que saiu às ruas

das principais cidades brasileiras para reivindicar direitos, melhores serviços públicos, transparência e participação política, entre outras demandas. Se ainda restam muitas incertezas sobre as razões dessa grande mobilização popular, parece haver pelo menos um consenso: os protestos representaram uma inflexão na história política e social recente do país (Nobre, 2013; Domingues, 2013). As manifestações foram inicialmente motivadas pelo aumento do preço das passagens de ônibus nas maiores cidades do país, mas logo incluíram demandas por qualidade nos serviços básicos de saúde, educação, combate à corrupção e críticas a um sistema político distanciado da sociedade (Ortellado, et alli, 2013). O episódio significou a retomada da mobilização social como forma de pressão sobre governos – que o Brasil não presenciava havia duas décadas –, revelando a capacidade de articulação da sociedade em torno de novas demandas e a incapacidade dos governos de atendê-las.

As manifestações de junho foram marcadas, no entanto, por outro elemento inédito no contexto brasileiro: o papel da internet como canal de difusão de informação e de mobilização social. Durante os protestos, as ações se davam simultaneamente nas redes e nas ruas: atos convocados pela internet reforçavam os movimentos nas ruas, que, por sua vez, repercutiam nas redes como informação e por meio da convocação de novos atos, inaugurando um ciclo de mobilização social sem paralelo em volume e intensidade.

Tais eventos são, portanto, indícios da consolidação, no Brasil, da política na era da sociedade em rede (Castells, op. cit). Marcou o encontro da “revolução digital” com as transformações sociais ocorridas no Brasil ao longo das últimas duas décadas, com a consolidação do cenário político constituído a partir da redemocratização brasileira (Avritzer e Costa, op. cit.). A eclosão dos protestos de massa significou a primeira demonstração de uma “esfera pública interconectada” (Benkler, op. cit) no contexto brasileiro em que o espaço virtual se mostrou em boa extensão um *continuum* da esfera pública tradicional (Habermas, 1984), conformada ao longo das três últimas décadas, período no qual se construiu a nova sociedade civil brasileira. É nesse

sentido que as Jornadas de Junho são uma expansão da esfera pública, ao inaugurar um novo canal de pressão sobre o Estado, fazendo as “redes” e as “ruas” convergirem na publicização de demandas e de uma nova agenda pública no país.

Organizados em rede e por meio de TICs e redes sociais, os novos atores e sujeitos políticos trouxeram à tona o processo de distanciamento entre Estado e sociedade, de deslegitimação de intermediários consagrados pelo processo de redemocratização como representantes e interlocutores da sociedade, e o alargamento e renovação da esfera pública. A incapacidade do diálogo por parte dos governos e o descrédito da representação na democracia moderna tiveram nos *black blocs* – e no flagrante despreparo e desproporção da reação das polícias e das estruturas do Estado em geral – a sua expressão mais radical.

Ação Coletiva e Conflito Social

As teorias dos movimentos sociais desenvolvidas desde os anos 1970 buscaram compreender a ação coletiva e o conflito social a partir de dois eixos de análise: o da “mobilização de recursos” (McCarthy e Zald, op. cit.) e o da “oportunidade política” para a ação (Tilly, 1978). O primeiro refere-se, em linhas gerais, à capacidade de acesso e mobilização de recursos materiais, simbólicos e de informação pelos atores sociais como uma condição para a organização e a ação coletiva voltada a um fim determinado. O conflito social teria como causa antes a disponibilidade do que a escassez de recursos, ou seja, tenderia a ocorrer em contextos com algum nível de prosperidade, e não naqueles marcados pela carência. O segundo busca destacar a dimensão situacional da ação coletiva, em que atores encontram ou não a oportunidade para a mobilização e a contestação. De acordo com essa perspectiva, a ação coletiva precisa encontrar as condições externas para sua realização, principalmente em relação ao sistema de repressão, que por sua vez está relacionado ao sistema político vigente. A oportunidade deve ser entendida, nesse sentido, como um incentivo à mobilização social; sua ausência, como um constrangimento à ação.

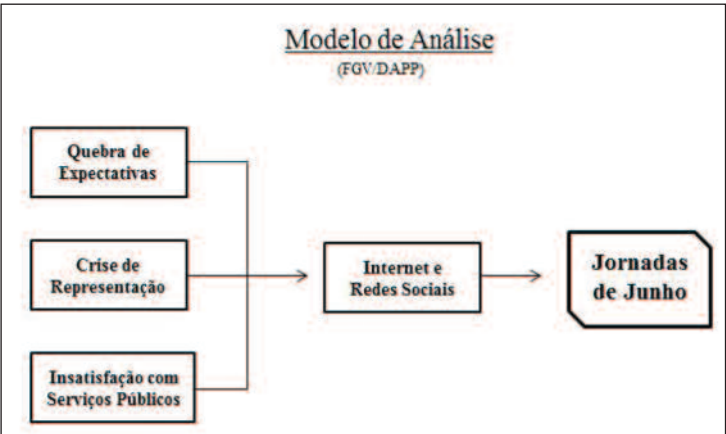
Mais recentemente, foram realizadas tentativas de conciliar num mesmo modelo aspectos das duas dimensões. A perspectiva de *contentious politics* (Tarrow, op. cit; Tarrow, Tilly e McAdam, op. cit.) – ou “política de contestação”, em tradução livre – sugere o entendimento do conflito social a partir do momento da ação coletiva, mais do que do movimento social enquanto um ator. Trata-se de uma teoria da interação entre indivíduos que, diante de uma oportunidade política em um determinado momento, mobilizam recursos materiais, simbólicos e organizacionais para empreender a ação de contestação. Interessa aqui menos o evento de contestação em análise, e mais o ciclo de mobilização coletiva e conflito social.

Uma tentativa de análise dos protestos de junho, a partir das teorias da “mobilização de recursos” foi realizada por Moseley e Layton (2013), buscando estabelecer as causas das manifestações com base em insatisfações sociais difusas e no aumento dos recursos disponíveis para a ação, tais como maior acesso à educação, aumento da renda, interesse político e acesso à internet. Para os autores, entre as “sementes do descontentamento” estariam a insatisfação com os serviços públicos, a percepção de corrupção e a baixa confiança no sistema político.

O presente artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, serão utilizados os resultados da pesquisa “Mobilidade Urbana e Cidadania”, realizada pela FGV/DAPP em março de 2014, sobre mobilidade urbana, estopim das manifestações do ano passado. Serão testadas com base em regressões estatísticas as hipóteses construídas acerca da centralidade da internet no processo de mobilização social verificado a partir do ano passado. Na segunda parte, será analisada a pesquisa sobre a reação da polícia àquele movimento, sobretudo na sua forma mais radicalizada de protestos – os *black blocs*. Ao final, será sugerida uma abordagem conjunta para os resultados das duas pesquisas, com elementos para interpretar o atual ciclo político brasileiro a partir de uma perspectiva do conflito entre Estado e sociedade civil, para além da perspectiva orientada ao consenso da redemocratização.

PARTE I - Construção do Modelo de Análise

Entre 25 de março e 7 de abril de 2014, a pesquisa “Mobilidade Urbana e Cidadania” tentou estabelecer os fatores que estiveram relacionados à eclosão das Jornadas de Junho, utilizando parte do referencial das teorias da ação coletiva e um “modelo de análise” desenvolvido para testar as hipóteses construídas. O objetivo foi testar, a partir de uma análise de regressão linear, um conjunto de hipóteses sobre as motivações dos protestos. A pesquisa buscou identificar as percepções dos entrevistados acerca das condições de vida em seis das principais regiões metropolitanas do Brasil, com foco nas relações entre o conflito social em torno do aumento das tarifas do transporte público e o sentimento de seu usuário. O modelo de análise se baseou sobre quatro hipóteses fundamentais: (1) a quebra de expectativas em relação à continuidade do ritmo da elevação da qualidade de vida verificado no recente ciclo de inclusão na sociedade brasileira; (2) o cenário de crise de representação, em que o sistema político carece de confiança e legitimidade para processar as crescentes demandas sociais; (3) na insatisfação generalizada em relação à qualidade dos serviços públicos, com ênfase no transporte público; e (4) o descontentamento social nessas três dimensões catalisado pela difusão de informação via aumento do acesso à internet e às redes sociais.



Fonte: DAPP/FGV

Quebra de Expectativas

A tese da quebra de expectativas é baseada no fato de que, após um ciclo de intenso crescimento econômico, o Brasil enfrenta desde 2011 uma redução pronunciada do ritmo de expansão e, ao mesmo tempo, o aumento relativo de preços em setores sensíveis à população nos estratos intermediários e inferiores de renda, como alimentos, serviços e transporte público. Trata-se não exatamente de uma crise ou de uma piora efetiva em relação às melhorias em termos de renda, emprego e consumo verificados com especial intensidade na segunda metade da década passada. De acordo com o IBGE, os últimos três anos registraram um crescimento médio da economia de cerca de 2,0%, queda significativa em relação aos 4,0% dos oito anos anteriores – e, sobretudo, dos 7,5% de 2010. A inflação oficial medida pelo IPCA, por sua vez, manteve-se em nível próximo de 6,0% ao ano nos últimos três anos, mas com maior pressão sobre os referidos setores de serviços e alimentação. O Informe 2013 do Latinobarômetro apontou queda de 19 pontos (de 52% para 33%) na percepção de “progresso” dos brasileiros em relação a 2011 – maior variação na América Latina.

A hipótese remete a um debate corrente na teoria dos movimentos sociais durante a década de 1960, em que autores buscavam entender a intensificação do conflito social nos países do Terceiro Mundo, mas também nas sociedades desenvolvidas. Uma das teses de maior repercussão no período apontava o crescente *gap* entre o desenvolvimento experimentado no Pós-Guerra, de um lado, e as instituições políticas e as demandas sociais, de outro. A dimensão política desse fenômeno – do *gap* entre desenvolvimento e instituições – foi explorada na clássica obra de Samuel P. Huntington *Political Order in Changing Societies* (1968), em que o autor relaciona a instabilidade política à modernização da economia nos países subdesenvolvidos. A dimensão da insatisfação social – do *gap* entre desenvolvimento e o ritmo das transformações – foi analisada, por exemplo, por James C. Davies (1962), que formulou o modelo da *J-Curve*. Segundo esse modelo, a instabilidade e o conflito social decorreriam da quebra de expectativa de satisfação de demandas

sociais após um ciclo de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. O conflito seria, assim, o resultado da percepção de piora relativa das condições, isto é, em relação a uma expectativa gerada, e não necessariamente a uma piora efetiva de condições. Embora a tese baseada em Huntington pudesse ser testada, a estabilidade institucional brasileira não parece oferecer elementos para tanto. A segunda hipótese foi explorada, no modelo de análise aqui sugerido, como um dos possíveis fatores de explicação das manifestações de junho.

Crise de Representação

A crise de representação é um dos temas mais frequente de reflexão nas ciências sociais nas últimas três décadas. Sintomas desse fenômeno são encontrados no aumento dos índices de descontentamento político dos cidadãos com as instituições representativas, enfraquecimento dos partidos políticos e da participação em movimentos sociais, diminuição dos índices de participação eleitoral e volatilidade nas preferências políticas. Neste campo, as leituras mais recentes têm se dedicado a explicar como tais fenômenos convivem com índices estáveis de confiança na democracia e valores democráticos, como respeito a direitos civis e políticos (Norris, 2011; Dalton, 2004). Em síntese, tais trabalhos apontam para a compreensão desse fenômeno como incapacidade das instituições atuais em responderem às expectativas dos cidadãos. Ou seja, os cidadãos possuem expectativas maiores no regime democrático do que suas instituições têm sido capazes de retornar – o que parece ser o caso brasileiro.

Insatisfação com Serviços Públicos

A terceira hipótese diz respeito à má avaliação dos serviços públicos em geral, mas em especial o transporte, área em que se concentram ineficiências do Estado brasileiro e para a qual convergem pressões decorrentes de mudanças sociais dos últimos anos, de acordo com a perspectiva que orientou a pesquisa “Mobilidade Urbana e Ci-

dadania”. Os sistemas de saúde, educação e segurança são, tradicionalmente, serviços públicos mal avaliados no Brasil. De acordo com o Informe 2013 do Latinobarômetro, para 35% dos brasileiros, a saúde é o problema mais importante do país. Segurança pública e educação – e corrupção – vêm depois, considerados o pior problema por 10% dos entrevistados. No *Americas Barometer* 2012, o Brasil aparece com a terceira pior avaliação de serviços públicos. Mas foi no transporte público que a insatisfação dos brasileiros se concentrou nos últimos anos, a se julgar pelos protestos de junho de 2013, que tiveram como estopim a tentativa de aumento das tarifas na cidade de São Paulo. Segundo pesquisa Datafolha realizada nos primeiros atos contra o reajuste das passagens, o transporte público recebeu a pior avaliação na cidade desde 1987, num indicador do nível de insatisfação nas principais cidades brasileiras. É nesse cenário de desaprovação com os serviços públicos, sobretudo transporte, que se baseia a terceira hipótese.

Acesso à Informação e Redes Sociais

A quarta e última hipótese considerada é a do aumento do acesso à informação propiciado pelo maior acesso à internet e às redes sociais, bem como pelo aumento no nível de escolaridade do brasileiro. O acesso à informação e ao conhecimento tende a potencializar as insatisfações elencadas nos três itens anteriores e a catalisar movimentos de contestação. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia – 2014, 47% dos brasileiros têm acesso à internet em suas casas. O índice passa dos 50% se forem considerados os jovens de 16 a 25 e de 26 a 35 anos de idade; e chega a aproximadamente 60% entre pessoas com renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, pessoas com ensino médio completo e moradores de cidades com mais de 500 mil habitantes. Além disso, mais de 70% dos jovens acessam o Facebook. Esta hipótese pressupõe, portanto, que o aumento acelerado do acesso à internet e, sobretudo, às redes sociais foi um elemento fundamental para traduzir um cenário de pessimismo em relação à política, à economia e aos serviços prestados pelo Estado em mobilização social.

Aplicação do Modelo de Análise

Na pesquisa “Mobilidade Urbana e Cidadania” foram realizadas 3.600 entrevistadas em seis regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Brasília). O questionário foi estruturado em torno da avaliação dos serviços públicos, em especial sobre o setor de transportes – origem das Jornadas de Junho –, e opinião sobre as manifestações e sobre o funcionamento da democracia.

Com o intuito de verificar o impacto das hipóteses propostas no modelo de análise, foram construídos 10 modelos de regressão logística organizados em dois conjuntos – cinco modelos de regressão para cada uma das duas variáveis dependentes a que este trabalho se propôs a investigar. No primeiro conjunto de variáveis – I a V –, buscou-se identificar que elementos possuem um potencial preditivo para a variável *participação dos entrevistados nos protestos*. Utilizou-se como variável dependente, neste caso, a pergunta “*Você participou de alguma manifestação de rua ano passado?*”. No segundo conjunto de variáveis – VI a X – buscou-se medir quais elementos tiveram impacto na variável *apoio dos entrevistados aos protestos*. Utilizou-se, neste caso, a pergunta “*Você apoia as manifestações de rua?*”. Os dois conjuntos de variáveis independentes foram organizados a partir das quatro hipóteses construídas:

- a) **Qualidade dos Serviços Públicos:** Com o objetivo de testar essa hipótese, foram aplicadas quatro perguntas que buscaram determinar a avaliação dos entrevistados acerca dos quatro serviços públicos básicos: educação, segurança, transporte e saúde. Foram incluídos nos modelos os entrevistados que responderam *muito insatisfeito* com cada um dos serviços. Mediu-se, assim, se o alto grau de insatisfação possui poder explicativo na participação ou apoio às manifestações;

- b) **Quebra de Expectativas:** Duas variáveis foram empregadas para

medir a segunda hipótese do modelo de análise construído. A primeira delas foi a pergunta sobre se a situação econômica pessoal do entrevistado *melhorou* ou *piorou* nos últimos cinco anos. A segunda, por sua vez, foi se o entrevistado acredita sua situação econômica pessoal *irá melhorar* ou *piorar* nos próximos cinco anos. Nos dois casos, foram utilizadas as respostas negativas às perguntas. Essas variáveis foram estruturadas para identificar uma expectativa de pessimismo em relação ao futuro, que contrastaria com as melhorias em termos de renda, emprego e consumo verificadas nos últimos dez anos no Brasil. Foram incluídas as respostas que indicavam piora da situação nos dois casos;

- c) **Crise de Representação:** A terceira hipótese foi testada a partir de três questões. A primeira relacionada à avaliação em relação ao comprometimento dos políticos com os problemas dos cidadãos. A segunda, à confiança no voto enquanto instrumento de transformação social. E terceira, relacionada à satisfação com o funcionamento da democracia. Essa hipótese busca identificar o nível de confiança no sistema político, identificado pelo voto e pelos *políticos*, e o regime democrático em sentido mais amplo. Todas as respostas negativas foram incluídas;
- d) **Acesso à Informação e Redes Sociais:** Foram utilizadas duas variáveis para testar a quarta e última hipótese do modelo. A primeira buscou identificar o quão informadas as pessoas entrevistadas se consideram em relação aos *problemas do país*. Foram incluídas as respostas *muito bem* ou *bem*. A segunda teve o objetivo de determinar o meio pelo qual os entrevistados se informam primordialmente. Neste caso, as respostas incluídas no modelo foram *internet* e *redes sociais*. Essa hipótese buscou, enfim, identificar o papel da web no acesso à informação e como fator importante para definir a tendência ao *apoio* e à *participação* nas manifestações de rua.

Com o intuito de verificar o potencial isolado e conjunto das hipóteses, inclusive para identificar eventual “multicolinearidade” em seu impacto preditivo, as hipóteses foram distribuídas nos 10 modelos logísticos construídos. Os modelos I e VI analisam a hipótese da “qualidade dos serviços públicos”; os modelos II e VII, as hipóteses da “quebra de expectativas”; os modelos III e VIII utilizaram as variáveis relacionadas à “crise da democracia”; os modelos IV e IX são relacionados ao “acesso à informação e redes sociais”; e, por fim, os modelos V e X agregam todas as hipóteses. Além disso, foram acrescentadas nos modelos as variáveis renda, sexo, idade e escolaridade como controle, a fim de neutralizar variáveis relativas ao perfil.

Modelos I a V

A primeira parte da análise identificou as variáveis que tiveram influência entre as pessoas que afirmaram terem participado das Jornadas de Junho. As regressões nos primeiros cinco modelos apontam a existência ou não de correlação entre cada uma das quatro hipóteses construídas e a participação nos protestos e, ao final, a importância de cada uma delas quando a significância de todos os fatores é analisada conjuntamente.

Modelo I: Indicou a existência de correlação entre as variáveis *Educação* e *Transporte* (aqueles *muitos insatisfeitos*) e a participação nos protestos. A relação, porém, é mais forte no caso da *Educação*. *Saúde* e *Segurança*, por sua vez, não se mostraram fatores determinantes. O Modelo I confirma parcialmente, portanto, a hipótese da insatisfação com serviços públicos.

Modelo II: Revelou a existência de correlação entre a variável *funcionamento da democracia* e a *participação nos protestos*. Neste caso, os entrevistados que se disseram *muito insatisfeitos* com o funcionamento da democracia brasileira têm maior chance de haver participado, neste caso confirmando também parcialmente a hipótese de “crise de representação”. As variáveis *confiança no voto* e *confiança nos políticos* não revelaram a existência de correlação.

Modelo dependente: "Participou dos Protestos"

Hipóteses Teóricas		Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV	Modelo V
		Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance
Variáveis de controle	Homem	1.60***	1.54***	1.51***	1.48***	1.60***
	25 a 45 anos	0.46***	0.50***	0.50***	0.53***	0.48***
	41 a 54 anos	0.31***	0.33***	0.34***	0.37***	0.33***
	55 a 64 anos	0.20***	0.21***	0.22***	0.23***	0.21***
	65 ou mais anos	0.14***	0.16***	0.16***	0.17***	0.16***
	Fundamental completo e médio incompleto	1.17	1.16	1.18	1.12	1.12
	Médio completo e superior incompleto	1.51**	1.54**	1.57***	1.46***	1.38*
	Superior completo	2.72***	2.90***	2.96***	12.65***	2.43***
	Log da renda	1.31***	1.31***	1.33***	1.29***	1.27
Insatisfação com serviços públicos	Educação	1.49**	-	-	-	1.48**
	Saúde	1.03	-	-	-	1.02
	Transporte	1.26*	-	-	-	1.23
	Segurança	1.12	-	-	-	1.23
Crise de Representação	Confiança no voto	-	0.97	-	-	0.94
	Funcionamento da Democracia	-	1.42**	-	-	1.30*
	Confiança nos políticos	-	0.98	-	-	0.92
Quebra de expectativas	Avaliação de melhorias	-		0.87	-	0.80
	Crença em melhorias	-		1.15	-	1.14
Redes sociais e informação	Acesso à informação	-		-	1.37**	1.36**
	Redes sociais	-		-	1.31*	1.24*

Fonte: DATT / IUPERJ

Modelo III: Não indicou haver correlação entre as variáveis *melhorias nos últimos cinco anos* e *expectativas para os próximos cinco anos* e a *participação nos protestos*. O resultado autoriza a rejeição, em

relação a esta variável dependente, da hipótese de que teria havido uma quebra de expectativas entre os brasileiros. A pesquisa revelou, ao contrário, a não existência de uma relação entre *pessimismo com o futuro* e a *disposição à participação*.

Modelo IV: Revelou a existência de correlação das duas variáveis – o entrevistado *considera-se bem informado e se informa primeiramente via internet e redes sociais* – e a *participação nos protestos*. O resultado permite afirmar, desde já, a importância do maior acesso à informação e da web como fatores de mobilização social no contexto brasileiro, confirmando até o momento a quarta hipótese levantada pelo modelo teórico de análise construído.

Modelo V: O último modelo na parte I, como previamente explicado, testou todas as variáveis das quatro hipóteses simultaneamente para testar a correlação com a variável em questão. O resultado, neste caso, foi essencialmente o mesmo em relação aos outros quatro modelos: foram parcialmente confirmadas as hipóteses de “insatisfação com serviços públicos” (porém sem a variável transportes) e “crise de representação”; foi inteiramente confirmada a hipótese de “acesso à informação”; e foi rejeitada a hipótese de existência de “quebra de expectativas”.

Os cinco modelos testados na parte I permitem, portanto, confirmar a validade do modelo de análise para três das quatro hipóteses explicativas sugeridas para a variável dependente de *participação nos protestos*. É possível, nesse sentido, apontar como determinantes naquele contexto que motivou a mobilização das Jornadas de Junho a insatisfação com serviços públicos – sobretudo em educação, mais do que transportes –, a crise de confiança no sistema política, isto é, no funcionamento da democracia e o maior acesso à informação via internet e redes sociais verificado nos últimos dez anos no Brasil. Os resultados, no entanto, levam à rejeição da quebra de expectativa como fator explicativo para a variável explorada.

Modelos VI a X

A segunda parte da análise buscou, por sua vez, testar as hipóteses construídas em um grupo mais amplo: os entrevistados que afirmaram apoiar as manifestações de rua. As regressões dos cinco últimos modelos testados indicam, assim, a existência ou não entre aqueles mesmos fatores explorados na primeira parte e o apoio aos protestos. O último modelo também testou os quatro fatores conjuntamente, a fim de identificar a existência de correlação para cada um de acordo com o modelo de análise assumido. As variáveis de controle incluem, também aqui, questões referentes a sexo, idade, escolaridade e nível de renda e foram mantidas em todos os modelos testados, a fim de neutralizar as variáveis relativas a perfil.

Modelo VI: Indicou novamente a existência de uma correlação entre as variáveis *Educação* e *Transporte* (sempre aqueles que se disseram *muito insatisfeitos*) e o *apoio aos protestos*. A relação, mais uma vez, é mais forte no caso da *Educação*. E *Saúde* e *Segurança*, assim como no Modelo I, não se mostraram fatores determinantes para a variável dependente. O Modelo VI confirma, assim, apenas parcialmente a hipótese de insatisfação com serviços públicos.

Modelo VII: Revelou a existência de correlação nas três variáveis testadas – *confiança no voto*, *confiança nos políticos* e *funcionamento da democracia* – para o apoio aos protestos, diferentemente do Modelo II, em que apenas variável relativa ao desempenho da democracia se mostrou relevante. Neste caso, aqueles que disseram acreditar no voto, não acreditar nos políticos e desaprovar o funcionamento da democracia tiveram maior chance de responder afirmativamente ao apoio aos protestos. O modelo confirma a validade da hipótese da “crise de representação”. Vale notar também que a confiança no instrumento do voto se alia à desconfiança em relação a políticos e à desaprovação do funcionamento da democracia, indicando antes uma crise de confiança no sistema político do que no regime democrático.

Variável dependente: “Apoia os Protestos”

Hipóteses Teóricas		Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV	Modelo V
		Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance
Variáveis de controle	Homem	1.38***	1.33***	1.30***	1.30***	1.40***
	25 a 45 anos	0.52***	0.55***	0.56***	0.59***	0.53***
	41 a 54 anos	0.36***	0.39***	0.39***	0.43***	0.38***
	55 a 64 anos	0.38***	0.40***	0.40***	0.44***	0.40***
	65 ou mais anos	0.25***	0.27***	0.27***	0.29***	0.27***
	Fundamental completo e médio incompleto	1.42**	1.40**	1.44***	1.41**	1.39**
	Médio completo e superior incompleto	1.82***	1.84***	1.87***	1.80***	1.75***
	Superior completo	2.43***	2.52***	2.59***	2.47***	2.28***
	Log da renda	1.14	1.14*	1.18**	1.14*	1.12
Insatisfação com serviços públicos	Educação	1.40**	-	-	-	1.40**
	Saúde	1.05	-	-	-	1.03
	Transporte	1.25*	-	-	-	1.23*
	Segurança	1.14	-	-	-	1.11
Crise de Representação	Confiança no voto	-	0.84*	-	-	0.81*
	Funcionamento da Democracia	-	1.34***	-	-	1.25**
	Confiança nos políticos	-	1.68***	-	-	1.57**
Quebra de expectativas	Avaliação de melhorias	-	-	0.91	-	0.81
	Crença em melhorias	-	-	1.27*	-	1.25*
Redes sociais e informação	Acesso à informação	-	-	-	1.11	1.20
	Redes sociais	-	-	-	1.23*	1.14

Fonte: DAPP/FGV

Modelo VIII: Indicou – diferentemente do Modelo III – a existência de correlação entre um dos fatores testados, o *pessimismo em relação à sua situação econômica pessoal nos próximos cinco anos* e o *apoio aos protestos*. Mas revelou, por outro lado, não haver relação com a

variável relativa aos últimos cinco anos. O resultado revela, portanto, a validade parcial da hipótese de “quebra de expectativa”, uma vez que entrevistados que expressaram *pessimismo em relação ao futuro* tenderam a responder positivamente no *apoio aos protestos*.

Modelo IX: Indicou que, para o caso da variável *apoio aos protestos*, apenas o *acesso a redes sociais* possui significância, o que não ocorre para os entrevistados que afirmaram ser *bem informados*. O resultado, portanto, demonstra a importância parcial da web como fator para que as pessoas *apoiassem os protestos*, diferentemente do modelo testado para a variável de *participação*, em que as duas variáveis independentes testadas tiveram significância.

Modelo X: O último modelo testado na parte II, assim como na parte I, testou todas as variáveis das quatro hipóteses simultaneamente a fim de verificar as correlações com a variável *apoio aos protestos*. O resultado, agora, revelou diferenças importantes em relação à primeira parte: (1) entre os serviços públicos, a insatisfação com os transportes mantém sua significância, bem como no caso da educação; (2) a hipótese de crise de representação é confirmada nas três variáveis testadas – confiança no voto, nos políticos e insatisfação com o funcionamento da democracia; (3) a hipótese de quebra de expectativa mantém sua importância na segunda variável, relativa ao pessimismo quanto à sua condição econômica pessoal nos próximos cinco anos; e, por fim, (4) a hipótese do acesso à informação e às redes sociais perde significância, em contraste com o resultado final - modelo V – na primeira parte.

Os modelos testados na parte II indicam, portanto, que as três primeiras hipóteses do modelo de análise proposto – “insatisfação com serviços públicos”, “crise de representação” e “quebra de expectativas” – foram parcial ou inteiramente confirmadas como fatores com importância para explicar o *apoio* às Jornadas de Junho. Mas a quarta hipótese acerca do papel da web nesse sentido, justamente aquele

que havia se revelado a mais importante em relação à variável *participação*, foi rejeitada. É este resultado, pois, que merece a maior atenção para a análise aqui proposta, uma vez que oferece um forte indício de que o “acesso à informação via internet e redes sociais” foi o fator determinante para que o apoio às manifestações de rua pudessem evoluir para a mobilização social verificada no Brasil em junho de 2013. Em outras palavras, foram as redes que permitiram que um cenário de pessimismo em relação ao sistema político, à economia e aos serviços públicos se traduzisse em uma mobilização social em ampla escala como a verificada naquele momento nas principais cidades brasileiras. As redes cumpriram, nesse sentido, o papel de catalisador de um processo social de mais largo alcance, resultando em um forte impacto sobre o sistema político brasileiro na forma de pressão social e publicização de novas demandas, como será possível verificar mais a fundo, logo à frente.

Por ora, pelo menos mais dois aspectos relativos à aplicação do modelo de análise assumido aqui merecem destaque. O primeiro deles é a existência de um cenário de pessimismo disseminado na sociedade brasileira em relação a três aspectos centrais: política, economia e a qualidade dos serviços básicos do Estado. Todos convergindo para um descontentamento latente que se traduziu em *apoio e participação aos protestos*, transformando uma mobilização social inicialmente restrita em manifestações numa escala inédita na história recente do país – no que as redes revelaram cumprir um papel central.

O segundo, mas não menos importante, é a relação – verificada nos modelos VII e X – entre a *confiança no voto* e a *insatisfação com o funcionamento da democracia*. A razão de chance encontrada nestes casos indica que as pessoas que confiam no voto como um meio de transformação, de um lado, e aquelas pessoas insatisfeitas com o funcionamento da democracia, de outro, demonstraram maior probabilidade de apoiar os protestos. A relação entre *confiança no voto* e *insatisfação com o funcionamento da democracia* indica que a crise de representação é uma crise de confiança no sistema político, porém não de descrença no regime democrático, uma vez que o principal

canal de representação de uma democracia – o voto – ainda é identificado como um meio legítimo e eficiente de transformação, sobretudo por aqueles que apoiam os protestos. A mobilização social serial, nesse sentido, um meio complementar de pressão sobre o Estado e o sistema político, através do qual demandas não reconhecidas pelos canais formais da institucionalidade democrática são publicizados.

PARTE II - A Polícia e os *Black Blocs*

Complementarmente ao survey sobre mobilidade – na qual se procurou analisar das Jornadas de Junho pela perspectiva dos cidadãos –, a pesquisa sobre os *black blocs*, realizada entre o fim de 2013 e janeiro de 2014, buscou abordar os eventos em questão, a partir da perspectiva do Estado brasileiro, representado pelos policiais militares e civis mobilizados para conter os protestos. A ação permitiu que as manifestações se apresentassem em escala amplificada, nos quais a radicalização nas ruas ficou por conta de dois grupos de atores. De um lado os próprios *black blocs*, que rejeitavam ser caracterizados como um grupo hierarquicamente organizado através de lideranças e dividiram a opinião pública entre sentimentos de apoio e repúdio. Do outro, o aparato das polícias militar e civil, cuja exposição nos principais meios de comunicação durante os protestos se deu mais pelo uso abusivo da força do que pela habilidade em manter o direito pacífico de manifestação. É sobre esses dois grupos que esta pesquisa se desenvolveu, tendo como base de investigação a percepção do policial sobre (1) as ações de segurança ocorridas durante as manifestações de junho, (2) a interpretação desses agentes sobre os *black blocs* e, ainda, (3) sobre a própria instituição de segurança.

Resultados

De forma geral, identificou-se uma homogeneidade de opiniões entre os entrevistados das diferentes regiões do país, sendo desnecessário considerar, para fins de análise, a segmentação geográfica

da amostra, como poderá ser atestado pelos gráficos que ilustram os dados. A análise que segue está segmentada de acordo com os seus principais temas.

Caracterização dos *black blocs*

A pesquisa procurou compreender como os policiais percebem os *black blocs* e avaliam suas ações. Os entrevistados mostraram-se bastante divididos a respeito da caracterização do movimento: 35% consideraram os *black blocs* um grupo de *baderneiros*; para 30%, os policiais estavam lidando com uma organização criminosa; 20% acreditavam que se tratava de uma tática de ação em manifestação; e 11% os consideraram um grupo de militantes políticos. Estes números são observados no Gráfico 1.

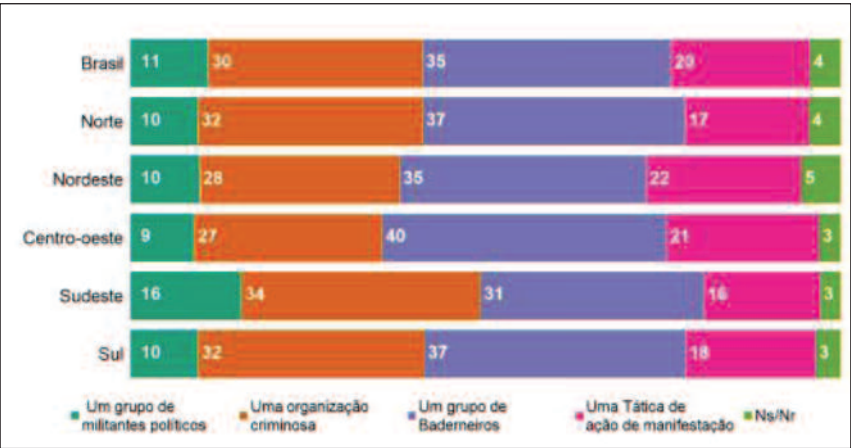


Gráfico 1 – As manifestações de rua que vêm acontecendo no país, desde junho de 2013, contaram com uma novidade: os *black blocs*. Na opinião do Sr.(a), os *black blocs* podem ser considerados: (Marque apenas uma opção). (%)

Fonte: DAPP/FGV

Estando inseridos em uma estrutura rigidamente hierarquizada e acostumados a lidar com o crime organizado, os policiais, em sua maioria, 70% dos entrevistados, atribuíram aos *black blocs* uma *liderança organizada*, como pode ver visto pelo Gráfico 2.

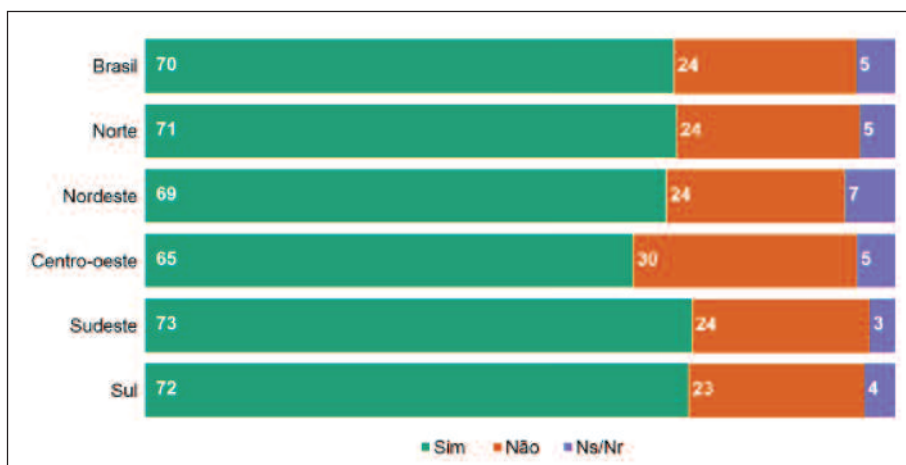


Gráfico 2 – Na opinião do Sr(a), os black blocs têm liderança organizada? (%)

Fonte: DAPP/FGV

Motivação dos *black blocs*

Grande parte dos entrevistados, 78%, não identificou nas ações dos *black blocs* uma motivação clara, que vá além da violência e vandalismo gratuitos, de acordo com o Gráfico 3. A segunda opção mais mencionada, apontada por 25% dos policiais, afirmava que os *black blocs* tinham por objetivo *enfrentar e agredir os policiais*. A rejeição dos policiais ao movimento fica nítida quando se constata que para apenas 9% dos policiais os *black blocs* se propunham a *defender os direitos dos cidadãos* e para 6% deles os *black blocs* desejavam *garantir o direito de manifestação*. Deve-se notar que esta questão admitia até duas respostas.

Quando se trata da identificação dos alvos dos *black blocs*, 57% dos policiais apontaram que *os black blocs* não têm alvo definido, conforme pode ser visto no Gráfico 4. Embora a segunda opção mais escolhida tenha sido *os políticos*, com 25% do total das respostas, o percentual das demais reforça a ideia de que para os policiais os alvos dos *black blocs* eram múltiplos: 24% deles afirmam ser *os policiais*, 20% *os empresários*, 15% *a presidente*, 17% *o governador* e 13% *o prefeito*.

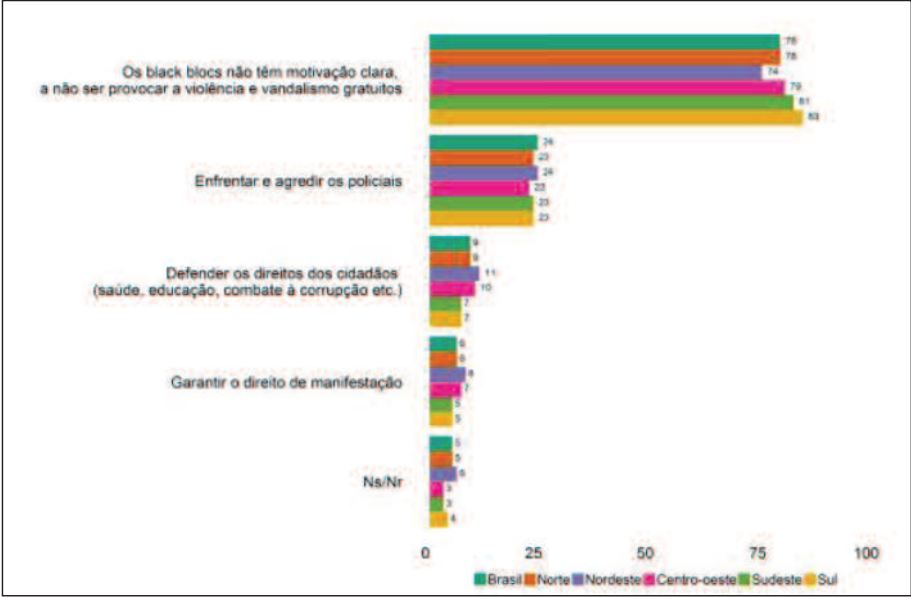


Gráfico 3 – Em relação às ações dos black blocs, o Sr.(a) diria que sua principal motivação é: (Marque até duas opções). (%)
Fonte: DAPP/FGV

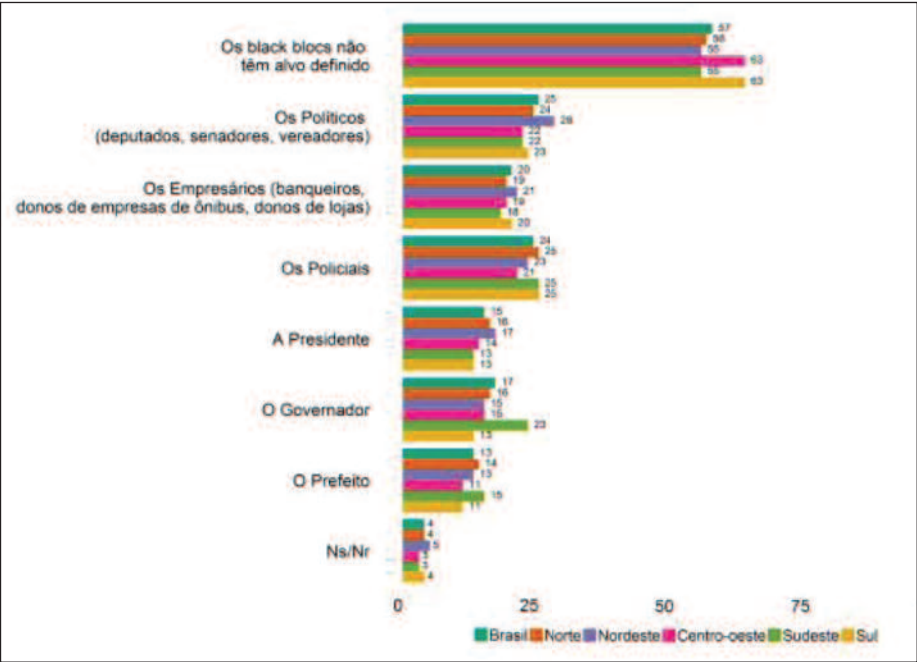


Gráfico 4 – A quem os black blocs querem verdadeiramente atingir? (Marque quantas opções desejar). (%)
Fonte: DAPP/FGV

Aspectos legais

Na contramão da imagem advogada pelos *black blocs*, que rejeitavam sua caracterização como uma organização estruturada, mas defendiam uma motivação ideológica para suas ações, os entrevistados, em sua maioria, atribuíram ao grupo uma liderança, excluindo, no entanto, um propósito político. Assim, em conformidade com esta avaliação, 60% dos policiais acreditam que os integrantes dos *black blocs* deveriam ser preferencialmente enquadrados por *dano qualificado e incitação à violência*, conforme pode ser visto no Gráfico 5. A segunda opção de enquadramento mais escolhida foi *crime de formação de quadrilha*, representando 39% das respostas, o que reforça a opinião de que o grupo possuía uma organização. Para 33% dos entrevistados os *black blocs* deveriam ser *enquadrados na lei de segurança nacional*. Cabe ressaltar que os policiais poderiam assinalar quantas opções desejassem. Este fato permite verificar que é grande o número de policiais que consideraram adequado enquadrar os ativistas em mais de um crime. Finalmente, apenas uma minoria ínfima respondeu que os *black blocs* não devem ser criminalizados: 3%.

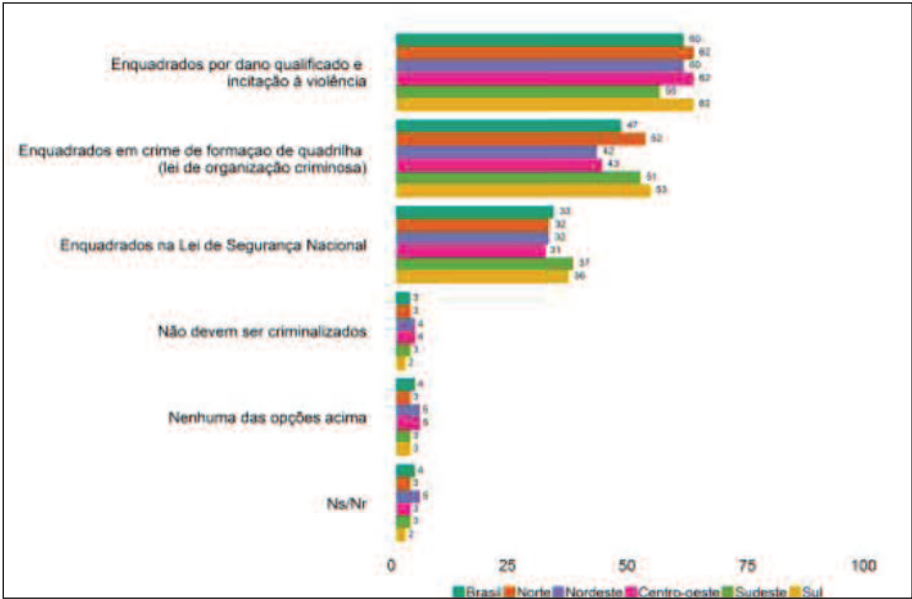


Gráfico 5 – Na opinião do Sr.(a), qual aparato legal deveria ser usado contra os black blocs. (Marque quantas opções desejar). (%)

Fonte: DAPP/FGV

Visibilidade e avaliação dos *black blocs* pela população

Em algumas manifestações de classe, alguns manifestantes que não usam a tática *black bloc* apoiaram publicamente a ação e solicitaram a presença de indivíduos deste grupo. A pesquisa abordou os policiais sobre este ponto. Para 62% dos respondentes o apoio de alguns manifestantes às ações dos *black blocs* foi motivado tão somente pela visibilidade que o grupo pode trazer aos protestos, atraindo os jornais e emissoras de TV, conforme demonstrado pelo Gráfico 6.

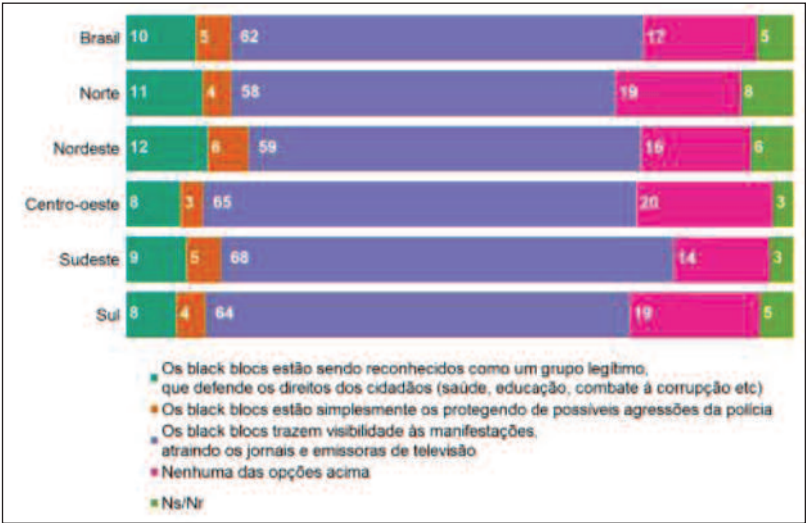


Gráfico 6- Nas redes sociais, alguns manifestantes têm se mostrado favoráveis às ações dos black blocs, chegando a convidá-los para as manifestações. Na opinião do Sr.(a) as razões para isso são: (%)
Fonte: DAPP/FGV

Avaliação das ações de enfrentamento e das responsabilidades

As manifestações, como ocorreram, são um fenômeno novo e, ao que pode ser apreendido pela pesquisa, o Estado não deu suporte adequado aos policiais, uma vez que não souberam como agir diante delas. Predominou entre os entrevistados a opinião de que os policiais não receberam orientação e treinamento apropriados para lidar com os protestos e enfrentar os *black blocs*, totalizando 64% das respostas no âmbito nacional, segundo o Gráfico 7 –1gráfico a seguir.

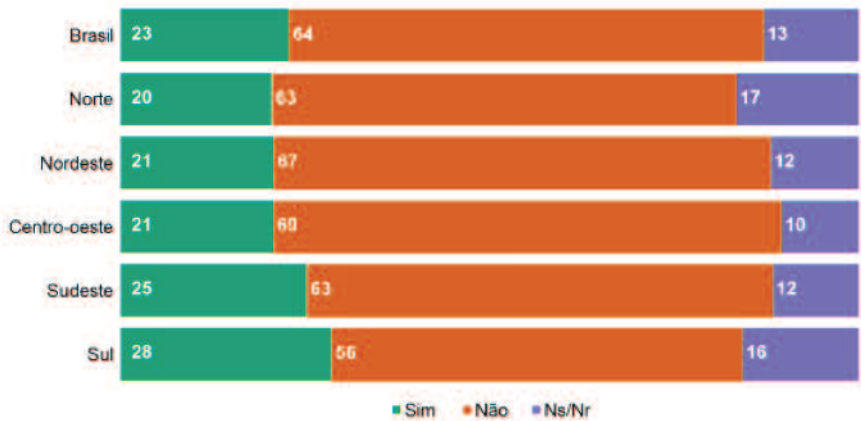


Gráfico 7 – 1 Os policiais receberam orientações e treinamento adequados para lidar com as manifestações e enfrentar os black blocs? (%)

Fonte: FGV/DAPP.

Coerentes com esta avaliação, 69% dos policiais afirmaram que, *devido às circunstâncias, agiram como foi possível durante as manifestações, e 19% acreditam que alguns policiais não agiram corretamente*, como pode ser visto no Gráfico 8. Tendo por missão garantir a ordem pública e o bem estar social, os policiais foram, segundo eles próprios, obrigados a improvisar diante de uma situação inesperada para a qual são se sentiam preparados.



Gráfico 8 – Sobre a ação da Polícia durante as manifestações, o Sr.(a) diria que: (%)

Fonte: FGV/DAPP.

Para a grande parte dos policiais, as ações improvisadas da polícia tiveram responsável direto: 60% dos entrevistados atribuíram a responsabilidade das ações aos governos dos estados. É grande a diferença entre o percentual de entrevistados que atribuíram ao comando, 12%, e às secretarias de segurança, 12%, tal responsabilidade, conforme o Gráfico 9.

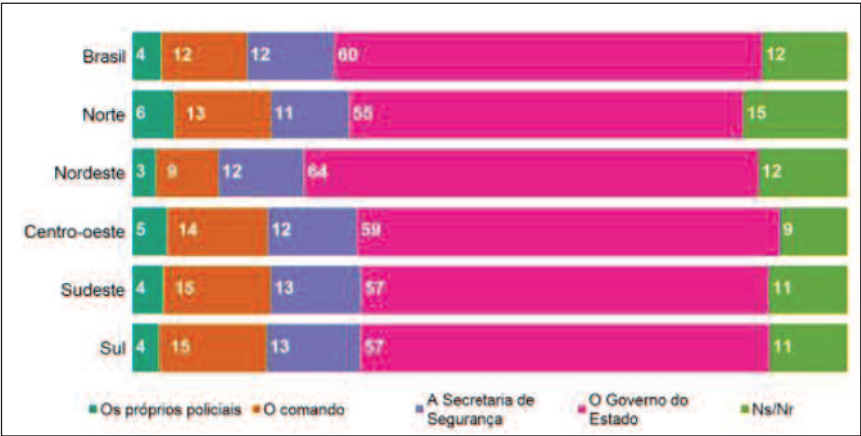


Gráfico9- Ao fim, quem é o responsável pela forma como a Polícia vem agindo durante as manifestações? (%)
Fonte: FGV/DAPP.

Os policiais como cidadãos

Embora a pesquisa tenha mostrado que, para os policiais, eles e os *black blocs* podem ser considerados oponentes em vários aspectos, quando instados a se posicionar como cidadãos e não como profissionais de segurança pública, há o reconhecimento de que a pauta de reivindicações apresentadas **pacificamente** nas ruas das cidades brasileiras é pertinente: 43% dos policiais assinalaram que *concordam com todas as reivindicações dos manifestantes*. Embora não seja a maioria, deve-se destacar que a frase é bastante forte. Este nível de concordância chega a atingir 50% na região Norte. 54% dos policiais afirmaram que *Concordam com algumas das reivindicações dos manifestantes*. A proporção de policiais que concordam com algumas demandas da população que foi às ruas chega a expressivos 97%.

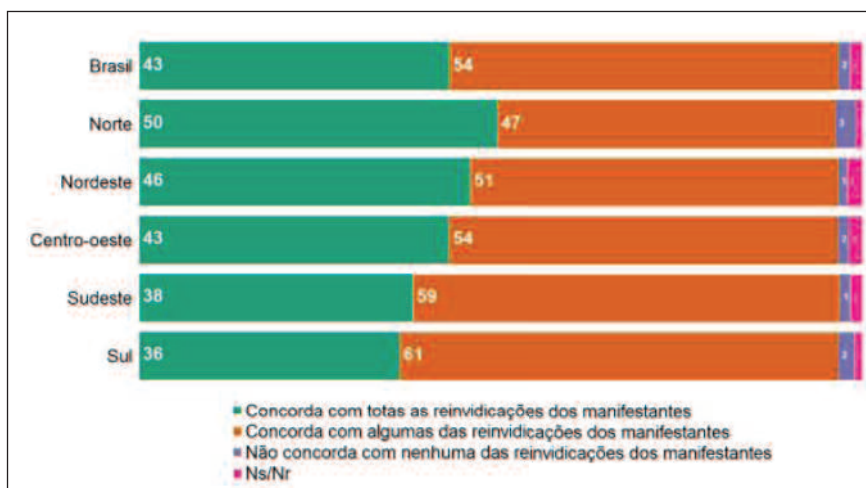


Gráfico 10 - Deixando de lado seu papel como policial, pensando como cidadão, nas manifestações pacíficas o Sr(a). diria que: (%)

Fonte: DAPP/FGV.

Conclusão

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação vêm favorecendo a constituição de uma esfera pública virtual que impacta na mobilização no espaço público, gerando um processo de retroalimentação entre essas duas dimensões. A facilidade de mobilização gerada pelas redes sociais, o processo de universalização do acesso à internet (via computadores ou aparelhos móveis) sugere uma tendência de aumento da capacidade de indivíduos, mesmo com demandas e interesses diversos, se reunirem para apresentar seus pleitos. A rede gera a oportunidade de dissolução das distinções territoriais, unindo pessoas em torno de demandas difusas como o direito de manifestar e a cobrança da qualificação dos serviços públicos.

A Parte I do artigo demonstrou a centralidade do acesso à internet para a mobilização social ocorrida no ano passado, permitindo que um cenário difuso de insatisfação social se traduzisse em ação coletiva. Mas o potencial comunicativo da web 2.0 amplifica também a ação de pequenos grupos, como os *black blocs*, que possuem uma visão mais radicalizada do que o volume de manifestantes, conforme revelado na Parte II. Em conjunto, as duas pesquisas analisadas revelam, de um lado, o surgimento de um novo

“recurso” de mobilização, por meio do qual os novos sujeitos sociais brasileiros logram se articular, amplificando e renovando o seu “repertório de ações”; de outro, a dificuldade da institucionalidade política do país de lidar com essas novas formas de ação coletiva. As ausências de transparência e de participação, sobretudo, agravam o distanciamento verificado entre Estado e sociedade.

Observadas em perspectiva histórica, as manifestações de Junho de 2013 significaram uma inflexão em relação ao cenário político brasileiro das últimas três décadas, marcadas pelo processo de redemocratização e de consolidação da sociedade civil. Representaram a entrada em cena de um novo elemento – a web – como instrumento de mobilização social, capaz de articular os atores e sujeitos sociais formados, sobretudo na última década, e a intensificação do processo de crise de representação do sistema político forjado naquele momento.

É nesse sentido que o presente artigo buscou lançar as bases para uma nova teoria do conflito social no contexto brasileiro, baseada no entendimento de que o sistema político forjado na transição à democracia, orientada à ideia de consenso e deliberação (Habermas, op. cit.), deu lugar a uma esfera pública marcada pela intensificação do conflito entre os novos atores e sujeitos políticos, de uma parte, e o Estado, de outro, tendo a internet como elemento central da ação coletiva e mobilização social. A esfera pública interconectada (Benkler, op. cit.) surgida da sociedade em rede (Castells, op.cit.) na versão brasileira tende, assim, a intensificar o conflito nas relações entre a sociedade e o sistema político. Se a web oferece um novo repertório para a *contentious politics*, conforme se pode concluir da primeira parte da análise (Tarrow, Tilly e McAdam, op. cit.), o Estado brasileiro ainda não se mostra capaz de lidar com essa nova realidade de forma adequada para um regime institucional democrático, conforme revelado na segunda parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. e COSTA, S. (2004). “Teoria crítica, democracia e esfera pública: Concepções e usos na América Latina”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 4, p. 703-729.

BENKLER, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven and London: Yale University Press.

CASTELLS, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

DALTON, R. J. (2004). *Democratic challenges, democratic choices. The erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.

DAVIES, James C. (1962). “Toward a theory of revolution”. *American Sociological Review*, v. 27, n. 1, pp. 5-19.

DOMINGUES, J. M. (2013). *O Brasil entre o presente e o futuro: Conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X.

HABERMAS, J. (1984). *A Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HUNTINGTON, S. P. (1968). *Political order in changing societies*. New Haven and London: Yale University Press.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. (2013) Informe Latinobarometro, 2013. Disponível em <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

MCCARTHY, John and ZALD, Mayer. (1977). “Resource mobilization and social movements”. *American Journal of Sociology*, n. 82, p. 1212-1241.

MOSELEY, M. and LAYTON, M. (2013). “Prosperity and protest in Brazil: The wave of the future for Latin America?”. *Americas Barometer Insights*, n. 93.

NOBRE, Marcos. (2013) *O Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

NORRIS, P. (2011). *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press.

ORTELLADO, P. et.alli. (2013). *Vinte centavos: A luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

PERLATTO, F. (2012). “Habermas, a esfera pública e o Brasil”. *Revista Estudos Políticos*, n.4. pp.78-94.

RUEDIGER, M. A. et alli. (2014) *Urban mobility and citizenship: Perceptions of the public transportation user in Brazil*. (Preliminary Report). FGV/DAPP.

RUEDIGER, T. and TERRA, C. (2013). “Brésil: retour vers le futur?”. *Politique Étrangère, hiver 2013-2014*, pp. 87-102.

Werneck Vianna, L. (1997). *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

TARROW, Sidney. (1998). *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª edição.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles and McADAM, Doug. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.

Artigo recebido em julho de 4 / Aprovado em setembro de 4